

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC THIAGO DE OLIVEIRA ROMANO

O SOLDADO E O ESTADO NA CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA:

a relação entre civis e militares nos dias que abalaram o mundo.

Rio de Janeiro

2018

CC THIAGO DE OLIVEIRA ROMANO

O SOLDADO E O ESTADO NA CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA:

a relação entre civis e militares nos dias que abalaram o mundo.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir que eu superasse mais este desafio.

À minha esposa, Aiona e minhas filhas, Lara e Lis, pelo incondicional apoio durante o curso. Agradeço a compreensão pela minha ausência durante todo este ano.

Aos meus pais, Antonio Carlos e Maria Jacinta, pela educação, cobranças e amor que me permitiram ser o que sou.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata (RM1) Nagashima, pela motivação acadêmica, disponibilidade, amizade e ensinamentos que foram primordiais para a elaboração desta pesquisa.

Aos amigos, Capitães de Corveta (IM) Sobral, (FN) Marinho e Domingos, pelas relevantes sugestões e revisão na parte final desta pesquisa.

Aos amigos do CEMOS 2018, pela cordialidade a todos os momentos durante o Curso.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar se as ações da alta administração política dos Estados Unidos da América durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, estiveram em sintonia com a Teoria das Relações entre Civis e Militares. A relevância do tema reside na oportunidade de contribuir para a compreensão das relações entre os civis e os militares, assim como para a percepção das alterações ocorridas ao longo de uma situação de elevada complexidade. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia descritiva e analítica focada na análise das relações entre os políticos e os militares durante a Crise dos Mísseis. A pesquisa apoiou-se na aplicação da Teoria das Relações entre Civis e Militares, de Samuel Huntington (1927-2008), que estabelece, no plano teórico, as formas de controle civil sobre o aparato militar. Foram utilizadas duas importantes definições desta teoria para se analisar com maior precisão as relações. Após inter-relacionar a teoria com os fatos, concluiu-se que a alta administração política norte-americana realizou um controle civil objetivo sobre seus militares, sendo que, em alguns momentos, utilizou a cláusula do comandante em chefe, comprovando, portanto, o alinhamento com a Teoria das Relações entre Civis e Militares.

Palavras-chave: Cuba. Estados Unidos da América. Teoria das Relações entre Civis e Militares. Samuel Huntington

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA –	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNO –	<i>Chief of Naval Operation</i>
DEFCON –	<i>Defense Readiness Condition</i>
EUA –	Estados Unidos da América
EXCOMM –	<i>Executive Committee of the National Security Council</i>
OEA –	Organização dos Estados Americanos
ONU –	Organização das Nações Unidas
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
U-2 –	Aeronave <i>Lockheed U-2</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A TEORIA DAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES	9
2.1	O controle civil objetivo	9
2.2	A cláusula do comandante em chefe	13
2.3	Conclusões parciais	16
3	A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA	18
3.1	Breve histórico da crise	18
3.2	A reunião entre Kennedy e o Estado-Maior conjunto	21
3.3	A quarentena	25
3.4	A condição de prontidão de defesa	28
3.5	Conclusões parciais	31
4	O SOLDADO E O ESTADO NA CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA	33
4.1	Uma questão política ou militar?	33
4.2	O comandante em chefe durante a crise	35
4.3	O profissionalismo castrense na escolha política	36
4.4	Conclusões parciais	37
5	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que as relações entre civis e militares estão a cada dia mais interligadas, seja por interesses políticos diretos ou pela constância de acionamento dos militares para agirem junto à população civil, fora de uma situação de guerra¹ propriamente dita, ainda percebe-se que as referidas relações se ressentem de estudos mais direcionados.

Uma das maneiras de lidar com essas relações, em um governo democraticamente eleito, seria fornecer condições para que os militares tivessem autonomia para tratarem dos aspectos relacionados a “profissão das armas”. Além disso, seria necessário um controle civil sobre as Forças Armadas para que elas se tornassem ferramentas do poder político do Estado. Trata-se, porém, de questão complexa, que exige uma alta maturidade profissional e política de ambos os lados.

Na tentativa de aprofundar o entendimento da relação mencionada, a presente pesquisa propõe-se a analisar como as interações entre os políticos e os militares norte-americanos se deram no decorrer da Crise dos Mísseis² de Cuba (1962). O caso histórico foi escolhido pela existência de vários momentos na crise com potencial de elucidar melhor essas relações.

Apresenta-se como questão da pesquisa a seguinte pergunta: Estariam os políticos norte-americanos realizando suas ações em sintonia com a Teoria das Relações entre Civis e Militares?

O propósito desta pesquisa é, portanto, analisar as relações entre a alta administração política norte-americana e os militares por ocasião da Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962 e responder à pergunta. Foi adotada a hipótese de que as citadas relações foram baseadas nas concepções da Teoria das Relações entre Civis e Militares de

¹ Nesta pesquisa entende-se guerra como a violência expressa por meio das Forças Armadas de dois ou mais Estados (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999). Para mais esclarecimentos sobre a guerra, ver o prefácio de Anatole Rapoport (1911-2007) em Clausewitz (1996).

² Nesta pesquisa será utilizada “Crise dos Mísseis” com as iniciais maiúsculas para fornecer maior ênfase ao evento ocorrido entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba (Cuba).

acordo com Huntington (1996). O período selecionado demarca os treze dias de outubro de 1962, nos quais ocorreram a dita Crise dos Mísseis de Cuba.

A relevância da pesquisa fundamenta-se na oportunidade de contribuir para uma melhor compreensão de como se processa o relacionamento entre os militares e as autoridades civis em uma situação de elevada tensão e complexidade. Esse relacionamento envolve, dentre outras coisas, um complexo equilíbrio entre diferenças culturais, normativas e profissionais existentes entre os referidos grupos.

Para ascender ao objetivo, a metodologia empregada nesta dissertação será descritiva e analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo será estruturado nos moldes de um trabalho científico, com aplicação da Teoria das Relações entre Civis e Militares, que permitirá analisar como o aumento da profissionalização dos militares em suas obrigações levaria a um controle civil das Forças Armadas e, também, verificar como agiu o Presidente na situação da crise que constitui o objetivo da pesquisa com especial atenção à ferramenta chamada cláusula do comandante em chefe. Pretende-se, com a verificação desses elementos, durante as interações entre os civis e militares, concluir como agiram os dois grupos durante a crise, que, por fim, comprovará a aplicabilidade da Teoria das Relações entre Civis e Militares no objeto a ser analisado.

A pesquisa será desenvolvida em cinco capítulos. No segundo capítulo, após esta introdução, será apresentada a fundamentação teórica da pesquisa, abordando a relação entre civis e militares, de acordo com Huntington (1996). Serão fornecidas as informações preliminares necessárias para a compreensão dos aspectos que serão analisados nos capítulos subsequentes.

No terceiro capítulo será apresentado um panorama da crise com foco em três momentos onde entende-se que as interações entre os civis e militares foram de maior interesse para a pesquisa.

Já no quarto capítulo serão analisados os momentos focais citados, frente à teoria exposta, com a finalidade de verificar as ocasiões nas quais houve aproximação e, conseqüentemente, confirmar ou não a hipótese da pesquisa.

No último capítulo será concluída a pesquisa fazendo uma análise da relação entre a hipótese apresentada e os resultados alcançados.

Assim, inicia-se o estudo com a apresentação dos conhecimentos necessários para a compreensão da pesquisa. Será abordada a fundamentação teórica, com a apresentação da Teoria das Relações entre Civis e Militares.

2 A TEORIA DAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES

Neste capítulo será abordado o arcabouço teórico da presente pesquisa. Sua apresentação se faz necessária, pois servirá para o entendimento a respeito das interações entre o poder político e as Forças Armadas, dentro do contexto analisado.

A Teoria das Relações entre Civis e Militares foi apresentada por Samuel Huntington³ (1927-2008) em seu livro “O Soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares”, de 1957. O autor destacou, dentre outras coisas, que uma maior profissionalização dos militares seria um método para amenizar os conflitos entre o Estado⁴ e as Forças Armadas.

O capítulo será dividido em três seções, a primeira apresentará a definição do controle civil objetivo, a segunda abordará aspectos da cláusula do comandante em chefe, enquanto na terceira serão realizadas algumas conclusões parciais.

Inicialmente, será apresentada a definição do controle civil objetivo com ênfase no conceito de profissionalismo militar.

2.1 O controle civil objetivo

De acordo com Huntington (1996), o papel dos militares na sociedade tem sido discutido em termos de controle civil, onde presume-se que tal controle é alcançado com a diminuição do poder⁵ dos militares. Ainda de acordo com o mesmo autor, existem dois tipos de controle civil sobre as instituições militares.

O primeiro seria o controle civil subjetivo que visa à maximização do poder civil, sendo a maneira mais simples para isso a minimização do poder militar e o envolvimento do

³ Samuel Huntington foi um cientista político norte-americano, muito influente nos círculos politicamente mais conservadores.

⁴ Nesta pesquisa, entende-se “Estado” conforme definiu Huntington (1996), como sendo o elemento dirigente ativo da sociedade e o responsável pela distribuição de recursos entre importantes valores, que incluem a segurança militar.

⁵ Nesta pesquisa, entende-se “poder” conforme definiu Huntington (1996), como sendo a capacidade de controlar o comportamento de outras pessoas.

mesmo na política. Nesse tipo de controle civil, percebe-se que a redução do poder militar quase sempre resulta em maior poder para grupos civis específicos que por vezes são muito mais belicosos. Consequentemente, aqueles grupos civis que queriam diminuir o poder dos militares para reduzir o risco de guerra, acabavam encorajando exatamente o contrário do que queriam evitar (HUNTINGTON, 1996).

O segundo tipo seria o controle civil objetivo que visa à maximização do profissionalismo militar. Sua finalidade seria que os mesmos se tornassem instrumentos do Estado, afastando-os da participação na política. Existe, ainda hoje, uma certa dificuldade para a realização deste tipo de controle civil, pois muitos Governos não aceitam um poder militar politicamente neutro. Conforme citou Huntington (1996, p. 14), “o problema do Estado moderno não é a revolta armada mas a relação do especialista com o político”.

Pode-se concluir que o controle civil subjetivo visa uma “civilização” das Forças Armadas, aumentando seu envolvimento com a política. No entanto, esse tipo de controle mostrou que um maior envolvimento político dos militares poderia levar a uma manipulação dos mesmos por grupos civis específicos em prol dos seus interesses.

Verifica-se, ainda, que o controle civil objetivo seria a “militarização” das Forças Armadas alcançada pela profissionalização das mesmas. Seria o direcionamento dos esforços militares para as atividades técnicas e de incremento de suas capacidades. Desse modo, os militares teriam poucas razões para interferir em assuntos políticos.

Sobre o controle civil objetivo e profissionalismo militar, pode-se perceber que existem condições para maximizá-los que dependem de aspectos do poder e da ideologia na relação entre os civis e os militares. No aspecto do poder, a questão é o poder dos militares frente a um grupo de civis dentro da sociedade. Já no aspecto ideológico, a questão principal é a compatibilidade da ética profissional militar com as ideologias políticas predominantes na referida sociedade (HUNTINGTON, 1996).

Sobre o poder, define-se duas dimensões: em primeiro, o grau do poder, que seria a extensão que um particular tipo de comportamento de uma pessoa é controlado por outra; e, em segundo, o alcance do poder, que seria o tipo de comportamento que é influenciado por outro indivíduo ou grupo (HUNTINGTON, 1996).

A relação entre duas pessoas ou grupos, normalmente, envolve o exercício de poder em ambas as dimensões e esse poder existe de duas formas: uma seria a autoridade formal, que não é inerente do indivíduo mas sim de sua posição organizacional; e a outra seria a autoridade informal, que pertence ao indivíduo ou grupo de indivíduos e não a uma posição que o mesmo possa ocupar (HUNTINGTON, 1996).

Essas formas de autoridade podem ser analisadas em função de seu grau nas relações entre civis e militares. Os critérios fundamentais para essa análise são o nível relativo, a unidade relativa e o alcance relativo de autoridade em ambos os grupos (HUNTINGTON, 1996).

De acordo com Huntington (1996), o nível relativo de autoridade é a posição que o grupo ocupa na hierarquia governamental. O nível de autoridade dos militares poderá ser maximizado se eles forem colocados no topo da hierarquia e se outras instituições ficarem subordinadas a eles, exercitando assim a soberania militar.

Usualmente, somente um nível de autoridade se intercala entre os militares e o soberano. Como normalmente esse nível único se apresenta na forma de um Ministério civil, ele pode ser chamado de controle ministerial (HUNTINGTON, 1996).

Já a unidade relativa de autoridade, definida por Huntington (1996), refere-se ao quanto um grupo é estruturalmente unificado em relação aos demais. Assim, um grupo sob uma chefia única levaria vantagem em relação a outro que estivesse fragmentado.

Em terceiro, o alcance relativo de autoridade se refere aos tipos de assuntos que o grupo será formalmente autorizado a exercer seu poder. Como exemplo, a autoridade em

grupos militares se relaciona, normalmente, aos assuntos militares. Se fossem autorizados a aconselhar o Governo em outros assuntos (como exemplo, os econômicos), o alcance de sua autoridade seria significativamente ampliado (HUNTINGTON, 1996).

Como o poder militar está relacionado à liderança e com isso a capacidade de controlar o comportamento das pessoas, pode-se observar uma divisão desse poder em autoridade formal e informal. Ela se distingue pela existência, ou não, de uma posição ocupada em uma estrutura pré-definida, onde a autoridade informal existe independente da posição exercida nesta estrutura.

Levando-se em consideração que os critérios fundamentais para análise da autoridade são o nível, a unidade e o alcance relativos, percebe-se que esses critérios definem, dentre outras coisas, principalmente, o poder perante os grupos que estiverem relacionados. O nível de autoridade é a posição que o grupo ocupa na hierarquia governamental. Como, por exemplo, a posição vertical tal como ministérios, comandos, entre outros. A unidade relativa refere-se ao quanto o grupo é estruturalmente integrado, tal como um Ministério da Defesa com as Forças Armadas subordinadas. E, por fim, o alcance da autoridade seria, basicamente, quais assuntos são afetos aquela autoridade.

Enquanto viu-se que em relação ao nível de poder entre civis e militares precisa-se de um critério pelo qual possa medir o poder, em relação à ética, tem-se que verificar se a ética profissional militar se ajusta à ética da sociedade onde ela reside.

De acordo com Huntington (1996), as concessões que os militares fazem para obter o poder em uma sociedade que não lhe é simpática, são exemplos de fenômenos aperfeiçoadores e enfraquecedores de poder. Só aquele que é flexível e com capacidade de se adaptar consegue apoio. Para ter o poder, este deve ser obtido a algum preço.

De uma maneira geral, em uma sociedade onde a ideologia predominante é a antimilitarista, para adquirir poder político, os militares devem deixar de lado sua parte

profissional e aderir a alguns valores que predominam na sociedade (HUNTINGTON, 1996).

O profissionalismo dos militares, normalmente, é maximizado quando os mesmos renunciam à autoridade e a influência política. Por outro lado, em uma sociedade conservadora, existe a possibilidade de elevar o poder militar sem minimizar o profissionalismo (HUNTINGTON, 1996). Mas, para todas as possibilidades de obter o poder existe um “preço” a ser “pago” que depende da relação entre a ética militar e a ideologia predominante.

Na próxima seção serão abordados os aspectos mais relevantes da cláusula do comandante em chefe, necessários para a contextualização dos fatos que serão descritos nos capítulos seguintes.

2.2 A cláusula do comandante em chefe

Uma das importantes tarefas da cláusula do comandante em chefe é justificar o exercício de amplos poderes presidenciais em tempos de emergência nacional. A cláusula é um convite para que os militares tratem diretamente com o Presidente e vice-versa.

Conforme define Huntington (1996), a cláusula do comandante em chefe é a mistura excepcional das funções políticas e militares. Na maioria das sociedades, desde as antigas tribos nômades, costumava-se o chefe de Estado ser, também, o comandante militar. Foi assim nas cidades-estado da Grécia, na república de Roma, nas monarquias nacionais europeias, como também na França Napoleônica. Nos Estados Unidos da América (EUA), praticamente todas as constituições estaduais colocavam o governador como comandante em chefe das suas tropas. Sendo o Presidente o “Presidente-Soldado Republicano” a exemplo do “Rei Guerreiro”, dos países europeus (HUNTINGTON, 1996).

Existia uma expectativa dos legisladores e do povo para que os Presidentes norte-americanos assumissem o comando pessoal no campo de operações. Os primeiros Presidentes

não hesitaram em fazê-lo. George Washington⁶ (1732-1799) comandou na Rebelião do Uísque⁷ (1791-1794). Em 1814, James Madison⁸ (1751-1836) exerceu ação direta na organização da ineficaz defesa de Washington. O último caso, até então, de um Presidente norte-americano que exerceu diretamente funções militares foi com Abraham Lincoln⁹ (1809-1865) com os exércitos da União, na primavera de 1862 (HUNTINGTON, 1996).

Huntington (1996) relatou que, até meados do século XIX, não havia distinção entre competência política e competência militar. Havia uma clara e única hierarquia político-militar que partia do Presidente. Com isso, a organização dos ministérios militares apresentavam poucas diferenças de estrutura dos ministérios civis.

Essa hierarquia começou a romper quando a função militar se tornou profissionalizada. O Presidente já não era qualificado para exercer o comando militar e, mesmo com treinamento, não teria como exercê-lo sem abandonar suas responsabilidades políticas. As funções políticas do Presidente se tornaram incompatíveis com as funções militares de comandante em chefe e os políticos civis não teriam competência para exercer as funções em ministérios militares (HUNTINGTON, 1996).

A profissionalização militar gerou oficiais cujas experiências eram exclusivamente castrenses¹⁰. Porém, o dispositivo constitucional que colocava o Presidente no comando ainda estava em vigor, complicando as relações entre o Presidente, o ministro e o chefe militar. Surgiria uma cadeia de comando por meio de um ministro civil até o Presidente ou haveria dois caminhos de autoridade emanada pelo Presidente: um caminho político-administrativo e um caminho de comando militar? Tais questões ainda confundem as organizações militares norte-americanas (HUNTINGTON, 1996).

⁶ Foi o primeiro Presidente dos Estados Unidos da América de 1789 a 1797 (ROSSITER, 1962).

⁷ Foi uma revolta popular que culminou em uma insurreição na cidade de Washington, estado da Pensilvânia, no Vale Monongahela.

⁸ Foi o quarto Presidente dos Estados Unidos da América de 1809 a 1817 (ROSSITER, 1962).

⁹ Foi o 16º Presidente dos Estados Unidos da América de 1861 a 1865 (ROSSITER, 1962).

¹⁰ Para os efeitos desta pesquisa, o termo “castrense” se aplica as atividades relativas à classe militar (FERREIRA, 2004).

Existem vários tipos de relações executivas entre civis e militares. Serão abordadas aqui três dessas relações entre o Presidente, o ministro e o chefe militar. A primeira delas seria o “modelo equilibrado”, que atribui ao Presidente uma função unicamente política, como decisões de alto nível e a supervisão geral do estamento militar. Neste modelo, o chefe militar será o principal conselheiro castrense do ministro. Com isso, nem o Presidente nem o ministro exerce o comando militar efetivo, pois este se limita ao nível do chefe militar (HUNTINGTON, 1996).

Huntington (1996) também definiu o “modelo coordenado”, que envolve a separação das funções militares e administrativas logo abaixo do Presidente. O ministro possuiria somente deveres administrativos não-militares e o chefe militar desempenharia as funções militares diretamente sob ordem do Presidente.

Por fim, o “modelo vertical” resolve o problema da cláusula do comandante em chefe de maneira diferente. Porém, igualmente incompatível com o controle civil. Neste modelo, o ministro e o chefe militar têm responsabilidades idênticas. Esse modelo impede que os chefes militares tenham acesso direto ao Presidente. Mas o chefe militar supervisiona todas as atividades do ministério, podendo transformar o ministro em uma figura decorativa (HUNTINGTON, 1996).

Constata-se que a cláusula do comandante em chefe, sendo ela uma mistura das funções políticas e militares, além de justificar o exercício de amplos poderes presidenciais em tempos de emergência nacional, oferece a possibilidade dos militares tratarem diretamente com o Presidente.

Conforme foi definido por Huntington (1996), só depende do Presidente o quanto a cláusula do comandante em chefe prejudicará o controle civil objetivo, pois ela nada acrescenta ao profissionalismo militar e nem ao controle civil objetivo, mas sim, pelo contrário, degrada-os sobremaneira.

Com a profissionalização dos militares, verificou-se que começou haver um rompimento entre as competências política e militar, pois o Presidente não estaria mais apto a exercer o comando militar sem prejudicar suas atribuições políticas.

Portanto, dentre os três tipos de relações executivas entre civis e militares estudadas, o modelo equilibrado nunca foi aceito pelos governantes norte-americanos, pois diminuía o poder do Presidente. O modelo coordenado exclui os civis, exceto o Presidente, da hierarquia militar e no modelo vertical o ministro e os chefes militares teriam responsabilidades idênticas, mas os chefes militares não teriam acesso direto ao Presidente.

A próxima seção apresentará as conclusões sobre a fundamentação teórica da pesquisa.

2.3 Conclusões parciais

É possível observar que a Teoria das Relações entre Civis e Militares é fundamentada principalmente no controle civil objetivo pois este tipo de controle, diferentemente do subjetivo, provoca um distanciamento entre as obrigações militares e políticas com o aprimoramento do profissionalismo castrense.

Essa ascensão da profissionalização militar transformou a relação entre civis e militares, dificultando os esforços dos civis em maximizar seu poder sobre as Forças Armadas, pois agora o poder civil estava confrontado por novos, independentes e imperativos militares. Em contrapartida, gera uma diminuição da autoridade e influência na política dos militares.

Para que os militares possam ter maior capacidade de influenciar o comportamento das pessoas é importante que os mesmos tenham uma autoridade formalmente definida, com um relativo nível (hierarquia governamental), unidade (estruturalmente unificado) e alcance dos assuntos relacionados.

A fusão das funções políticas e militares que é gerada pela cláusula do comandante em chefe, utilizada principalmente em situações de emergência nacional, se viu confrontada pela profissionalização dos militares e o controle civil objetivo. O Presidente não teria como exercer as duas funções sem o comprometimento de uma delas, sendo a área militar mais distante do seu cabedal de conhecimentos.

Por fim, o modelo vertical nas relações executivas entre civis e militares dificultou ainda mais as funções de comandante em chefe do Presidente, pois não teria acesso direto aos chefes militares e sim ao ministro.

3 A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA

Conforme destacado na conclusão parcial do segundo capítulo, a Teoria das Relações entre Civis e Militares estabelece, principalmente, um controle civil objetivo o qual é melhor executado quando há uma profissionalização dos militares. Esta profissionalização geraria um distanciamento dos militares da área política (e vice-versa), que pode ser confrontado com a cláusula do comandante em chefe no momento que o Presidente interfira diretamente nas ações militares.

Neste capítulo, serão analisadas algumas ações da alta administração política¹¹ norte-americana por ocasião da Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, com a finalidade de contribuir para a validação ou não da hipótese desta pesquisa. A abordagem foi estruturada em cinco seções, as quais apreciarão um breve histórico da Crise, a reunião entre o Presidente John Fitzgerald Kennedy (1917-1963)¹² e o Estado-Maior conjunto dos Estados Unidos da América¹³, a Quarentena¹⁴, a *Defense Readiness Condition* (DEFCON) e, por fim, algumas conclusões parciais.

A primeira seção fará um breve histórico da Crise dos Mísseis de Cuba que ocorreu em outubro de 1962, conforme será visto a seguir.

3.1 Breve histórico da crise

De acordo com Dobbs (2009), não houve durante a Guerra Fria (1947-1989) nenhum momento mais tenso que o ocorrido em outubro de 1962. A Crise dos Mísseis refere-

¹¹ Entende-se por alta administração política, nesta pesquisa, como sendo o Presidente dos EUA e seus assessores civis diretos, principalmente os secretários de Justiça, Robert Francis Kennedy (1925-1968) e de Defesa, Robert Strange McNamara (1916-2009).

¹² Foi o 35º Presidente dos Estados Unidos da América, de 1961 a 1963 (ROSSITER, 1962).

¹³ O Estado-Maior conjunto dos Estados Unidos da América é parte do Departamento de Defesa dos EUA que assessora o secretário de Defesa, o Conselho de Segurança Interna, o Conselho de Segurança Nacional e o Presidente em assuntos militares. A composição do Estado-Maior conjunto é definida por lei e consiste no chefe, vice-chefe e nos chefes militares da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, do Corpo de Fuzileiros Navais e da Guarda Nacional. Disponível em: <<http://uscode.house.gov/view.xhtml?req=granuleid:USC-prelim-title10-section151&num=0&edition=prelim>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

¹⁴ O termo será utilizado nesta pesquisa como sendo o isolamento de um país (Cuba) em relação a determinados objetos considerados belicosos.

se aos 13 dias de impasse que deixaram as superpotências da época, EUA e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas¹⁵ (URSS), muito próximas de um confronto nuclear, possivelmente capaz de destruir a humanidade, em razão da instalação de mísseis nucleares soviéticos, na ilha caribenha de Cuba.

Em uma terça-feira, 16 de outubro de 1962, o intérprete-chefe de fotografias da *Central Intelligence Agency* (CIA)¹⁶, Arthur Lundahl (1915-1992) mostrou ao Presidente John Fitzgerald Kennedy (Kennedy) e sua equipe fotos realizadas por aeronaves *Lockheed U-2*¹⁷ (U-2) que indicavam possíveis mísseis soviéticos instalados em Cuba (DOBBS, 2009). Os EUA, então, se deparavam com a ameaça soviética em sua zona de influência. Ainda de acordo com Dobbs (2009), essa notícia não poderia ter vindo em pior momento para o Presidente Kennedy, pois em sua campanha presidencial de 1960, havia acusado o governo de Dwight David "Ike" Eisenhower (1890-1969)¹⁸ de não ter feito nada para impedir que o Presidente cubano Fidel Castro (1926-2016) transformasse Cuba em um “hostil e militante satélite comunista”. Além disso, as eleições parlamentares norte-americanas estavam há três semanas para acontecer.

Nos dias que se seguiram, Kennedy reuniu seus consultores mais confiáveis para analisar a situação e formular uma estratégia para esse desafio à segurança nacional. Esses homens formaram o *Executive Committee of the National Security Council* (EXCOMM) e deliberaram, secretamente, para avaliar as opções políticas e militares para a crise. O EXCOMM incluía como principais integrantes o Presidente Kennedy; o Vice-presidente, Lyndon B. Johnson (1908-1973); o Secretário de Justiça, Robert Francis Kennedy (1925-1968); o Secretário de Estado, David Dean Rusk (1909-1994); o Secretário de Defesa, Robert

¹⁵ A URSS se fragmentou em 1991, dando origem, dentre outros Estados, à Rússia. Doravante chamaremos de ex-URSS nesta pesquisa.

¹⁶ A CIA é uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos da América responsável por investigar e fornecer informações de segurança nacional.

¹⁷ A aeronave *Lockheed U-2*, apelidado de *Dragon Lady*, é um avião de reconhecimento em altas altitudes, utilizado pela Força Aérea dos Estados Unidos da América.

¹⁸ Foi o 34º Presidente dos Estados Unidos da América, de 1953 a 1961 (ROSSITER, 1962).

Strange McNamara (McNamara); o Secretário do Tesouro, Clarence Douglas Dillon (1909-2003); o Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy (1919-1996); e o Chefe do Estado-Maior conjunto dos EUA, general Maxwell D. Taylor (1901-1987), sendo este o único militar profissional que comparecia às reuniões (JORDAN; TAYLOR JUNIOR, 1982). Com reuniões diárias até o desfecho da crise em 28 de outubro de 1962, o EXCOMM desenvolveu várias opções de resposta, sendo todas muito discutidas, considerando-se os custos reais e/ou potenciais – sobretudo de caráter político – decorrentes de suas adoções, bem como os benefícios que elas trariam para os EUA (MCMASTER, 1997).

Desde o início, e durante todo o decorrer da crise, os integrantes do EXCOMM permaneceram divididos em relação às atitudes a serem tomadas, tais como: inação, ataque aéreo, bloqueio¹⁹ naval, invasão, pressões diplomáticas, dentre outras (SALINGER, 1966). Essas divergências se deram tanto pelos aspectos políticos – com a proximidade das eleições parlamentares – como pelos aspectos militares – pela necessidade de defesa dos EUA e a preocupação de se iniciar uma guerra nuclear (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Por fim, a medida adotada foi o bloqueio naval, que os EUA chamaram de quarentena, associado com uma apresentação de um ultimato à ex-URSS para a retirada dos mísseis, desconsiderando a possibilidade de negociação. Além da medida adotada, várias outras ações ocorreram no decorrer da crise e tiveram grande importância na sua condução e desfecho. Assistiu-se, durante a crise, na “Casa Branca”²⁰, um problema de política externa sendo tratado de maneira exaustiva e sistemática em que a decisão final era do Presidente (MCMASTER, 1997).

Diante do crescimento das tensões, o primeiro-ministro da ex-URSS Nikita

¹⁹ Bloqueio é uma operação militar que tem por finalidade impedir que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas, ou sob controle de um Estado inimigo (EUA, 2007).

²⁰ A Casa Branca é a residência oficial e o principal local de trabalho do Presidente dos Estados Unidos da América, neste caso foi usado como uma metonímia para a sede oficial do Poder Executivo norte-americano.

Serguêievitch Khrushchov (1894-1971)²¹ dispôs-se a retirar os mísseis de Cuba em troca da promessa de Kennedy de que os EUA não invadiriam a ilha de Cuba. Secretamente, o governo norte-americano se comprometeu, ainda, a retirar os mísseis que havia instalado na República da Turquia (Turquia), em junho de 1961. Os países chegaram ao acordo que colocou fim à Crise dos Mísseis de Cuba, em 28 de outubro de 1962 (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

As ações adotadas pelo governo norte-americano durante a Crise dos Mísseis de Cuba serão o cerne da pesquisa e as próximas seções apresentarão as principais interações ocorridas entre os políticos e os militares principalmente no decorrer dos momentos citados na introdução deste capítulo, ocorridos durante a crise, como reuniões, ações navais, voos de reconhecimento e testes nucleares.

Das interações citadas, inicia-se a próxima seção com uma análise da única reunião formal que ocorreu entre o Presidente Kennedy e os chefes militares.

3.2 A reunião entre Kennedy e o Estado-Maior conjunto

No início da crise, o Presidente Kennedy não entendia porque os soviéticos instalaram mísseis em Cuba. Vários de seus assessores acreditavam que o primeiro-ministro da ex-URSS Nikita Serguêievitch Khrushchov (Khrushchov) queria dar uma resposta aos norte-americanos pelos mísseis instalados na Turquia anos atrás. Com o deslocamento de mísseis para Cuba, Khrushchov tentaria corrigir um possível desequilíbrio estratégico (DOBBS, 2009).

De acordo com Allison e Zelikow (1999), como a ex-URSS já tinha capacidade de atacar os EUA com mísseis intercontinentais, lançados de seu próprio território, Kennedy acreditava que, em relação à Cuba, a geografia não fazia diferença e que o problema real era “psicológico” e “político”, não “militar”. Como ele havia ameaçado a ex-URSS um mês

²¹ Foi o primeiro-ministro da ex-URSS de 1958 a 1964.

antes, por ocasião de um discurso, quando afirmou que, caso os soviéticos instalassem uma significativa capacidade ofensiva em Cuba, surgiriam problemas gravíssimos, deixar de agir não seria uma opção para ele, naquele momento (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Diferentemente de Kennedy, desde o início da crise os oficiais do Estado-Maior conjunto dos EUA tinham a confiança que conseguiriam realizar uma invasão em Cuba sem o risco de uma guerra nuclear com a ex-URSS e, por ocasião da descoberta dos mísseis, passaram a ter a justificativa que precisavam para realizar um ataque contra um país muito mais fraco. O ataque aéreo era amplamente apoiado pelos militares e outros membros da alta cúpula, como o Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional McGeorge Bundy e o ex-secretário de Estado Dean Acheson (1893-1971) (DOBBS, 2009). Já conforme relatou Pedersen (1964), o Secretário de Defesa McNamara advertia o Presidente que um ataque aéreo cirúrgico para destruir os mísseis não seria totalmente efetivo e que o bombardeio provavelmente desencadearia uma invasão norte-americana em larga escala, podendo ser esta a intenção dos militares.

Como as notícias de Cuba se tornavam cada vez mais concretas, pois novos silos²² foram descobertos com instalações para mísseis balísticos²³ de alcance intermediário e em razão do ceticismo dos chefes militares em relação à tenacidade do general Maxwell D. Taylor em representá-los como único militar nas reuniões do EXCOMM ser cada vez maior, foi sugerida pelo general que o Presidente Kennedy realizasse uma reunião com o Estado-Maior conjunto dos EUA (DOBBS, 2009).

Kennedy não queria realizar tal reunião, pois tinha muita desconfiança das garantias dadas pelos chefes militares, motivada principalmente pelas experiências que ele adquiriu no comando de uma lancha torpedeira no oceano Pacífico²⁴, durante a Segunda

²² Um silo de míssil é uma instalação normalmente subterrânea, geralmente no formato de um cilindro na posição vertical, que serve para o armazenamento e lançamento de mísseis balísticos intercontinentais.

²³ Um míssil balístico é um míssil que segue uma trajetória governada pelas leis da balística oriundas da física. Disponível em: <<https://fas.org/nuke/intro/missile/index.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018

²⁴ Kennedy, durante a Segunda Guerra Mundial, comandou a lancha torpedeira PT-109 na área do Pacífico Sul. Ao realizar uma operação, a sua lancha foi atingida por um navio japonês e afundou (DONOVAN, 1961).

Guerra Mundial (1939-1945), reforçada com as lições aprendidas na “Baía dos Porcos”²⁵, ocasião na qual ele confiou plenamente nas sugestões militares. Entretanto, na ocasião, percebeu que seria importante realizar a referida reunião para acalmar os ânimos dos chefes em relação a decisão que já havia sido tomada (MCMASTER, 1997). Suas principais desconfianças recaíam sobre o general Curtis Emerson LeMay (1906-1990)²⁶, que tinha, como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea dos EUA, 3.000 bombas nucleares sob suas ordens (DOBBS, 2009).

Não por acaso, durante a reunião, foi observado um grande embate verbal entre o general Curtis Emerson LeMay (LeMay) e o Presidente. Quando Kennedy exprimiu seus temores sobre uma conflagração nuclear – pois, na sua percepção, um ataque norte-americano à Cuba seria, inevitavelmente, seguido de um ataque soviético à Berlim – LeMay se mostrou mais uma vez contrário ao bloqueio naval, achando que o mesmo seria um sinal de fraqueza dos EUA e levaria o país à guerra. LeMay tinha como lógica que a imensa disparidade entre o poderio norte-americano e soviético não levaria Khrushchov a provocar uma guerra nuclear. Ele acreditava que eles tinham o controle sobre os soviéticos. Já Kennedy tinha uma lógica bem diferente, pois acreditava que em uma guerra nuclear não haveria vencedores tendo em vista que poderiam morrer até setenta milhões de norte-americanos (DOBBS, 2009).

Em um momento mais intenso das discussões, o comandante em chefe ficou impressionado com a insolência de LeMay quando lhe disse que estaria em “maus lençóis”, se referindo a decisão que deveria tomar em relação às ações a serem executadas pelos EUA, ocasião em que Kennedy respondeu que eles estariam juntos naquela situação (DOBBS, 2009).

O momento da decisão chegou para Kennedy quando ele foi informado que as

²⁵ A Invasão da Baía dos Porcos foi uma tentativa frustrada de invadir o sul de Cuba empreendida em abril de 1961, início do mandato de Kennedy. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/csi-studies/studies/winter98_99/art08.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

²⁶ Foi o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea dos EUA de 1961 a 1965 e chefe do Comando Aéreo Estratégico entre 1949 e 1957.

unidades de mísseis soviéticos em Cuba estavam prontas para serem utilizadas contra os EUA e que já haviam chegado à Cuba mais de 40.000 soldados soviéticos. Kennedy tinha duas opções: ataque aéreo ou bloqueio naval. Cada uma tinha suas vantagens e desvantagens. Um ataque aéreo reduziria muito a ameaça imediata cubana, mas, por outro lado, poderia não ser 100% eficaz, possivelmente provocando Khrushchev a disparar o restante dos mísseis²⁷ e também realizar uma reação em algum outro local do mundo. Já o bloqueio poderia abrir caminho para negociações, porém daria mais tempo aos soviéticos para concluírem os trabalhos de instalação dos silos além de gerar um possível confronto entre as marinhas (DOBBS, 2009).

Em 22 de outubro daquele ano, o Presidente Kennedy proferiu um discurso em rede nacional de rádio e televisão, em que se destacam os seguintes trechos:

Agindo, portanto, em defesa da nossa segurança e da de todo o hemisfério Ocidental, e com a autoridade que me confere a Constituição, ratificada por decisão do Congresso, determinei que fossem tomadas imediatamente as seguintes providências iniciais:

[...] Para a suspensão dessa preparação ofensiva, rigorosa quarentena sobre todo o equipamento militar ofensivo embarcado para Cuba. Todos os navios de qualquer espécie com destino a Cuba, de qualquer nação ou de qualquer porto, desde que transportem cargas de armas ofensivas, serão recambiados. Essa quarentena, necessária, será estendida a outros tipos de cargas e transportes. Não nos opoemos, entretanto, desta vez, à passagem dos gêneros de primeira necessidade, como os soviéticos tentaram fazer no bloqueio de Berlim em 1948.

[...] determinei que continuasse e se intensificasse a estreita vigilância de Cuba e das suas instalações militares (PEDERSEN, 1964, p. 95-96).

A opção de Kennedy pelo bloqueio combinada com um ultimato à ex-URSS ocorreu associada a representantes norte-americanos atuando na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA) com vistas a legitimar a ação norte-americana. Naquele momento, 200 mil integrantes das Forças Armadas, cuja mobilização havia sido recomendada pelos chefes militares, estavam dispostos na Flórida, prontos para dar início à invasão, e centenas de caças foram enviados para aeroportos a partir dos quais o ataque aos mísseis instalados na ilha seria mais fácil (ALLISON; ZELIKOW,

²⁷ Posteriormente, foi descoberto que havia um total de 162 ogivas nucleares em Cuba, incluindo pelo menos noventa ogivas táticas que poderiam ser usadas para repelir uma invasão ou ataque dos EUA. Provavelmente, caso Kennedy tivesse realizado o ataque aéreo, seria desencadeada uma guerra nuclear (GOLDSTEIN, 2008).

1999). Essa mobilização deixou claro para o governo soviético que o bloqueio seria somente um passo inicial e que poderia escalar para um confronto militar em uma região em que os EUA possuíam indiscutível superioridade.

Kennedy entendia a crise, desde o início, como uma questão política e não militar, pois não alteraria a possibilidade de ataque de mísseis soviéticos, tendo em vista que já existia anteriormente. Já os militares entendiam que, com a descoberta dos mísseis em Cuba, teriam todos os motivos necessários para uma contundente ação militar.

Percebe-se que pelas experiências prévias de Kennedy com os militares, tanto na frustrada tentativa de invasão da Baía dos Porcos como por ocasião da Segunda Guerra Mundial, ele procurava um distanciamento e não tinha mais confiança nas soluções dos militares que, por vezes, a seu ver, eram simplórias demais para toda uma conjuntura visualizada.

Verifica-se, também, que os militares mesmo necessitando de uma decisão do Presidente sobre qual ação seria tomada para se contrapor a crise – como ficou claro nas acintosas palavras do general LeMay – iniciaram uma mobilização para um possível conflito pois, para tal ação, não precisavam de uma autorização do Presidente.

Na próxima seção serão analisadas as principais interações ocorridas entre os políticos e os militares durante a quarentena.

3.3 A quarentena

A Marinha dos EUA considerava que a operação de bloqueio era uma implementação efetivamente militar com a mínima interferência do poder político. Já para o Presidente, seria um evento para que os soviéticos tivessem tempo para pensar o que aconteceria, caso continuassem com suas ações, sendo esse um dos motivos de se alterar o nome para quarentena e assim deixar de ser nominalmente uma operação de guerra

(SALINGER, 1966).

Durante a quarentena, a Marinha dos EUA mostrou um desempenho organizacional virtuoso pela sua qualidade, planejamento prévio e treinamento. Porém, essa operação foi mais complicada por um novo fator na história naval e nas relações modernas entre os líderes políticos norte-americanos e as organizações militares. Esse fator estaria relacionado aos avanços tecnológicos ocorridos na época, principalmente os das comunicações – que permitiram que os líderes políticos, por meio de equipamentos de comunicações que foram instalados na “Casa Branca”, interagissem diretamente com os comandantes dos navios posicionados ao longo das linhas da quarentena – e os das armas de destruição em massa²⁸ – que criaram a possibilidade que um ato de um único homem ou um único navio, nas linhas de quarentena, pudesse escalar uma guerra rapidamente e atingir milhões de norte-americanos (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

De acordo com Allison e Zelikow (1999), por ocasião do início da operação naval, o almirante George Whelan Anderson Jr. (1906-1992), *Chief of Naval Operation*²⁹ (CNO), informou que os navios estavam em posição e descreveu os métodos da quarentena para o Presidente Kennedy, que entendeu todos os métodos mas ficou receoso com o que poderia acontecer durante a condução da operação militar. Nesse contexto, o Presidente colocou seu Secretário de Defesa McNamara para monitorar as ações militares que ocorriam no teatro de operações diuturnamente.

Durante a Crise dos Mísseis de Cuba, McNamara manteve um rígido controle sobre os navios, submarinos e aviões que impunham a quarentena em torno de Cuba. Ele literalmente viveu no Pentágono³⁰, entre 16 e 27 de outubro, porque temia que os militares

²⁸ Conforme definição aceita no âmbito da ONU, são armas com explosivo atômico, armas com material radioativo, arma química letal ou biológica, e qualquer arma desenvolvida no futuro que tenha características comparáveis em efeito destrutivo àquelas da bomba atômica ou das outras armas mencionadas (LEAL, 2012).

²⁹ Equivalente ao Comandante da Marinha no Brasil.

³⁰ O Pentágono é frequentemente utilizado metonimicamente para se referir ao Departamento de Defesa dos EUA.

não entendessem que se tratava de um exercício de comunicação política e não de uma operação militar. A atuação de McNamara como o principal estrategista do Pentágono, bem como a sua determinação em fazer que as medidas deliberadas pelo presidente fossem efetivas e propriamente implementadas, não foram vistas com bons olhos pelos oficiais da Marinha, como fica claro na passagem a seguir (MCMASTER, 1997).

O almirante George Whelan Anderson Jr. (George Anderson) se ressentia da intrusão de McNamara no que ele considerava a responsabilidade e a área de especialidade da Marinha. Na sala de operações navais, o almirante ficou irritado com as instruções específicas de McNamara sobre como executar a quarentena e lhe disse que a Marinha vinha conduzindo bloqueios desde os dias de John Paul Jones³¹ (1747-1792), sugerindo a seguir que o secretário da Defesa voltasse ao seu escritório e deixasse a Marinha comandar a operação (MCMASTER, 1997).

McNamara levantou-se da cadeira e replicou que a operação não era um bloqueio, mas um meio de comunicação entre Kennedy e Khrushchov, e ordenou ao almirante que não usasse força sem sua permissão expressa que adivinha de ordens do Presidente. Depois de exigir o reconhecimento de seu comando pelo almirante George Anderson, McNamara se retirou da sala de operações (MCMASTER, 1997).

Diante do exposto, percebe-se que os líderes políticos tinham uma grande preocupação de que os soviéticos entendessem a ação naval como um início ou declaração de guerra e para isso tanto alteraram o nome, para quarentena, como realizaram um controle das forças além do tradicional, auxiliados pelo avanço tecnológico das comunicações. Os políticos realizaram uma intervenção direta durante a quarentena com a determinação de não deixar que incidentes desnecessários escalassem de forma perigosa a crise, para uma situação além do controle.

³¹ John Paul Jones é reconhecido como Patrono da Marinha dos EUA pelos seus feitos militares. Disponível em: <<http://www.navy.mil/navydata/traditions/html/jpjones.html>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

Além da quarentena, durante a crise, várias outras ações foram realizadas tanto no campo diplomático como no militar. A seguir serão analisadas algumas ações militares decorrentes do aumento da condição de prontidão de defesa conhecida como DEFCON.

3.4 A condição de prontidão de defesa

A DEFCON é um estado de alerta, usado pelas Forças Armadas dos EUA, que foi desenvolvido pelo próprio Estado-Maior conjunto. Ela prescreve cinco níveis graduados de prontidão (ou estados de alerta) para os militares dos EUA, aumentando em gravidade de DEFCON 5 (menos grave) até DEFCON 1 (mais grave), para responder as diversas situações militares (EUA, 2001).

O nível DEFCON é controlado principalmente pelo Presidente dos EUA e seu Secretário de Defesa. Cada nível DEFCON define cenários específicos de segurança, ativação e resposta para o pessoal em questão. Variados ramos das Forças Armadas dos EUA (Exército, Marinha, Força Aérea, Corpo de Fuzileiros Navais e Guarda Costeira) e diversas bases ou grupos de comando podem ser ativados em diferentes condições de defesa. Em geral, não existe um único nível DEFCON para o mundo. Ele pode ser definido para incluir apenas áreas geográficas específicas (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Durante a Crise dos Mísseis, Kennedy elevou o nível de alerta mundial das forças norte-americanas para o DEFCON 3, em 22 de outubro de 1962 e, posteriormente, somente para o comando aéreo estratégico para DEFCON 2, que seria um nível antes de uma guerra iminente. Tal alerta foi o mais alto estado de prontidão nuclear que os EUA já havia atingido (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

O nível DEFCON 2 representa a existência de grandes ameaças aos EUA. Tal índice acelera a prontidão de tropas próxima de seu nível máximo, além de prepará-las para grandes operações em poucas horas. Ao chegar à escala dois, a situação é muito séria, com

altíssimo risco de operações militares contra os EUA ou seus aliados, incluindo o uso de armas nucleares. Geralmente, esse índice é reservado para situações militares tensas de escala internacional (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Com o aumento do estado de alerta, algumas ações previamente estabelecidas ocorreram automaticamente como a movimentação de milhares de armas nucleares, o carregamento e preparação de centenas de aeronaves para lançamento de armas nucleares e a intensificação dos voos de reconhecimento e alerta aéreo (MCMASTER, 1997).

Resultado da intensificação dos voos, ocorreu um incidente com um U-2, baseado no estado norte-americano do Alasca, quando o mesmo estava voando em uma rota ártica, em uma missão de rotina planejada e autorizada, antes da crise, para coletar amostras atmosféricas de resíduos de testes nucleares soviéticos. O piloto estava com dificuldades de navegação o que o levou a voar rumo ao espaço aéreo soviético. Naquela ocasião, caças soviéticos decolaram para interceptar a aeronave norte-americana. Caças norte-americanos, no Alasca, foram enviados para proteger o retorno do U-2. Devido ao nível que estava o alerta DEFCON, esses caças norte-americanos estavam armados com mísseis portando ogivas nucleares. O controle físico sobre o disparo das armas, que estavam prontas para disparar, era inteiramente dos pilotos dos caças. Felizmente, o U-2 conseguiu retornar ao espaço aéreo dos EUA, sem um confronto (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Por que a ex-União Soviética não consideraria isso como um reconhecimento de última hora em preparação para um ataque nuclear? Como o próprio Khrushchov perguntou em sua carta ao Presidente dos EUA:

Um de seus aviões de reconhecimento invadiu as fronteiras soviéticas na área da Península Chukotka. A questão é, Sr. Presidente: como devemos considerar isso? O que é isso, uma provocação? Um de seus aviões viola nossa fronteira durante este tempo ansioso que ambos estamos experimentando, quando tudo foi colocado em prontidão de combate. Não é fato que um avião americano intruso poderia ser facilmente um bombardeiro nuclear, o que poderia nos levar a um passo fatal; ainda mais desde que o governo norte-americano e o Pentágono há muito tempo declararam que estão mantendo uma patrulha contínua de bombardeiros nucleares.

(ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 240, tradução nossa³²).

Além do voo de reconhecimento, em 26 de outubro de 1962, perto do auge da crise, a Base da Força Aérea norte-americana, em Vandenberg, lançou um míssil balístico intercontinental, cujo o alvo era uma ilha no pacífico, como realização de um exercício que já estava programado antes da crise, mostrando assim a despreocupação com a realização do referido exercício que, naquele momento, poderia iniciar um conflito nuclear, caso fosse interpretado de maneira errada pelos soviéticos (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Esses fatos levaram o Presidente Kennedy a suspeitar, apesar de todos os seus esforços, que os militares estavam tentando levar os EUA para um conflito nuclear. Ao saber do incidente aéreo, McNamara cancelou todos os voos de U-2, em qualquer parte do mundo, até que ele pudesse obter uma explicação satisfatória para o que havia acontecido (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Perceber-se que quando foi alterado o estado de alerta não foi apreciado que dentre as várias autorizações que emanam deste sistema de ordens programadas existia a autorização para realização de voos árticos, que por utilizarem navegação celeste eram especialmente difíceis. O decreto acabou aumentando as possibilidades de erro pela quantidade de voos e rotas das aeronaves nas proximidades do espaço aéreo soviético. Além disso, não foram verificadas as autorizações prévias que não deveriam se manter por ocasião da crise, tais como testes nucleares.

Em seguida, serão apresentadas as conclusões sobre as interações ocorridas entre os políticos e os militares durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962.

³² No original em inglês: “One of your reconnaissance planes intruded over Soviet borders in the Chukotka Peninsula area.... The question is, Mr. President: How should we regard this? What is this, a provocation? One of your planes violates our frontier during this anxious time we are both experiencing, when everything has been put into combat readiness. Is it not a fact that an intruding American plane could be easily taken for a nuclear bomber, which might push us to a fateful step; and all the since the US. Government and Pentagon long ago declared that you are maintaining a continuous nuclear bomber patrol”.

3.5 Conclusões parciais

Verificou-se neste capítulo que devido ao início da década de 1960 ter sido uma época de grande evolução econômica, política e, principalmente, tecnológica, os governantes norte-americanos sabiam que as informações poderiam ser transmitidas instantaneamente para todo o mundo. Com isso, o que mais os preocupava era a consciência de que alguns “tiros” poderiam fazer eclodir uma guerra nuclear global. Por isso, a Crise dos Mísseis de Cuba, mesmo sendo um acontecimento eminentemente militar, foi tratada como uma questão política.

Essa preocupação dos governantes gerou uma grande determinação dos integrantes do EXCOMM e da “Casa Branca” de monitorar mais de perto as operações militares durante a crise. Os equipamentos de comunicações que foram instalados na “Casa Branca” permitiram que as operações militares fossem monitoradas e controladas a distância. Esta facilidade colaborou para que, durante a quarentena, em vez de determinarem uma missão aos militares, McNamara e o Presidente orquestraram pessoalmente as atividades específicas dos navios norte-americanos.

Ao mesmo tempo que houve um controle mais efetivo realizado pelos políticos sobre as funções especificamente militares, percebe-se, por outro lado, que durante a crise ocorreu uma separação dos dois poderes principalmente nas reuniões para as tomadas de decisão do EXCOMM. Percebe-se, ainda, uma dicotomia parcial em relação à Teoria das Relações entre Civis e Militares no seu principal fundamento que seria o controle civil objetivo, quanto à separação das obrigações de cada poder.

Observou-se também que os militares, mesmo dependendo da autorização formal do Presidente Kennedy para iniciarem algumas ações mais complexa, como um ataque a um outro Estado, tinham autorização para realizar ações pré-programadas (relacionadas ao nível de prontidão DEFCON) e que as mesmas, dependendo da situação em que se encontre o país,

poderiam ser entendidas de maneira equivocada, o que poderia levar a crise para um caminho diferente do esperado.

Sendo assim, durante a Crise dos Mísseis, a influência de lideranças civis foi significativa tanto no processo decisório quanto por ocasião da implementação da decisão tomada.

4 O SOLDADO E O ESTADO NA CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA

Neste capítulo será investigada a relação entre a alta administração política norte-americana e os militares por ocasião da Crise dos Mísseis de Cuba com enfoque na Teoria das Relações entre Civis e Militares, de Samuel Huntington, com a finalidade de contribuir para a validação ou não da hipótese desta pesquisa.

O capítulo será dividido em quatro seções. As três primeiras serão sobre as relações entre civis e militares discorridas no capítulo anterior, sendo elas, respectivamente, a reunião entre Kennedy e o Estado-Maior conjunto dos EUA, a Quarentena e a condição de prontidão de defesa DEFCON, com foco no controle civil objetivo e na cláusula do comandante em chefe. A quarta seção contemplará algumas conclusões parciais.

O confronto existente entre o controle civil objetivo – que é baseado no aprimoramento do profissionalismo castrense e, por conseguinte, em um distanciamento entre as obrigações militares e políticas – e a cláusula do comandante em chefe – que realiza a fusão das funções políticas e militares, principalmente em crises – justifica a consideração da análise dos fatos apresentados no capítulo anterior.

A primeira seção fará uma análise das relações ocorridas na Crise dos Mísseis entre Kennedy e o Estado-Maior conjunto dos EUA enfocando o controle civil objetivo e a cláusula do comandante em chefe.

4.1 Uma questão política ou militar?

O entendimento de Kennedy, de que a crise era uma questão política e não militar (diferentemente dos militares que entendiam ser necessária uma ação militar efetiva), adicionado à sua falta de confiança nos chefes das Forças Armadas, levaram-no, por ocasião da formação do EXCOMM, a colocar entre seus membros somente um representante das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior conjunto dos EUA, general Maxwell D. Taylor,

numa clara separação entre as obrigações militares e políticas. Esta separação pode ser vista como uma aproximação ao que preconiza o controle civil objetivo que, baseado na profissionalização dos militares, geraria um distanciamento entre os poderes político e militar.

Mesmo com a separação dos poderes, materializada na criação do EXCOMM, Kennedy foi convencido, pelo general Maxwell D. Taylor, que deveria realizar uma reunião com os chefes militares visando a “acalmá-los” em relação aos seus anseios sobre a crise. Kennedy não queria realizar a reunião, pois achava que as decisões políticas não deveriam ser influenciadas pelas opiniões militares, mostrando assim mais uma ocasião onde o controle civil objetivo preponderou nas decisões do poder político.

Durante a reunião, houve, como era esperado, uma interação entre o poder político e militar, demonstrando um afastamento temporário do controle civil objetivo, pois os militares realizaram considerações sobre como conduzir a política dos EUA durante a crise e, ao mesmo tempo, Kennedy opinou diretamente nas ações militares se aproximando, assim, da cláusula do comandante em chefe. Foi verificada uma correlação, interessante, entre os níveis político e militar pois percebe-se que a escolha política durante a crise seria expressa por uma ação das Forças Armadas. Em um momento da reunião, quando o Presidente foi indagado pelo general LeMay sobre o ônus que ele tinha por ter que decidir sobre a condução da crise, Kennedy demonstrou uma aproximação do que preconiza a cláusula do comandante em chefe, quando respondeu ao general que estariam juntos naquela decisão, considerando assim que o ônus deste tipo de escolha não seria exclusivo do poder político.

Verifica-se também, nesta passagem entre o general LeMay e Kennedy, que, ao mesmo tempo que o Presidente queria um distanciamento entre o poder político e militar, como viu-se na composição da EXCOMM, ele fez uma aproximação quando respondeu para o general LeMay em relação à união por ocasião do ônus da escolha, confirmando assim, mais uma vez, um distanciamento em relação ao controle civil objetivo.

Por fim, conclui-se que a profissionalização militar, gerada pelo controle civil objetivo, permitiu a realização de ações preparatórias automáticas, exclusivamente militares, no início da crise, como as mobilizações de tropas e o reposicionamento de aeronaves para um possível conflito, tendo em vista que as mesmas não necessitavam de autorização do Presidente, pois não seriam inicialmente atos políticos. Mesmo sem serem atos políticos, como essas ações poderiam influenciar no desenrolar da crise, tudo indicava que os chefes militares não estavam sensíveis às escolhas políticas e a um possível confronto nuclear.

Na próxima seção, serão analisadas as relações entre civis e militares durante a quarentena, com foco no controle civil objetivo e na cláusula do comandante em chefe.

4.2 O comandante em chefe durante a crise

Com a decisão do Presidente Kennedy de realizar uma quarentena ao redor da ilha de Cuba, era esperado pelos militares da Marinha norte-americana que todas as ações fossem tomadas e coordenadas por eles, fato este que demonstraria um alinhamento com o controle civil objetivo, pois deixaria que os militares profissionais do mar executassem a decisão política. Porém, isto não aconteceu.

Devido aos avanços tecnológicos, percebe-se que houve uma maior capacidade, dos políticos, de intervirem no campo de batalha, tanto recebendo informações, quase em tempo real, como com ordens para os comandantes dos navios no local de atuação. Esses mesmos avanços também geraram preocupações extras aos políticos, pois sabiam que algumas notícias poderiam ser mal interpretadas e isso poderia levar à deflagração de um conflito.

A preocupação, aliada às facilidades de controle à disposição dos políticos, levaram os mesmos a atuarem diretamente na execução da ação militar. Dentre as atuações políticas, pode-se perceber a alteração do nome de bloqueio para quarentena – com intuito de

desconfigurar uma ação de guerra – e a intervenção direta nas operações – não autorizando nenhum disparo dos armamentos sem a aprovação direta do Presidente, via McNamara – dentre outras. Os políticos entendiam que a operação seria uma comunicação entre os chefes de Estado e não uma operação de guerra.

Neste evento, observa-se um grande controle dos políticos dentro da Marinha norte-americana. Tal controle, porém, se afasta do que preconiza o controle civil objetivo – pois não existia o distanciamento dos poderes – e se aproxima do que versa a cláusula do comandante em chefe. Essa aproximação ocorre em razão de uma coordenação política direta sobre as ações militares no local das operações, fruto da preocupação de que qualquer atitude tomada pelos militares naquele momento poderia gerar o início de uma guerra com os soviéticos.

Em seguida serão analisadas as relações entre civis e militares por ocasião da condição de prontidão de defesa.

4.3 O profissionalismo castrense na escolha política

No mesmo momento que o poder político estava realizando um controle vertical e direto sobre as forças navais, a elevação do nível de alerta do comando aéreo estratégico para DEFCON 2 gerou várias ações automáticas. Como o cumprimento das ações pré-programadas pelos militares foi originado de uma escolha política, sem uma posterior interferência nas ações por parte da mesma, vê-se nesta ocasião um possível alinhamento do que é preconizado no controle civil objetivo.

Essas ações automáticas vieram a influenciar o campo diplomático, pois poderiam ser mal interpretadas pelos soviéticos e, com isso, levar a crise para um caminho não desejado pelo poder político norte-americano. Um momento que ilustra essa possível má interpretação foi por ocasião da dúvida gerada em Khrushchov, devido à invasão do espaço aéreo da ex-

URSS por uma aeronave U-2 norte-americana. Outra importante passagem ocorrida, também no episódio da invasão do espaço aéreo, foi relacionada à decolagem de uma outra aeronave norte-americana para escoltar o U-2, armada com mísseis com ogivas nucleares prontas para serem lançados, pois o piloto tinha a possibilidade de escolha do lançamento – ou não – de seus mísseis que poderiam iniciar um conflito.

Percebe-se aqui que, mesmo com o alinhamento ao controle civil objetivo, o profissionalismo dos militares, que teoricamente geraria um distanciamento das obrigações militares e políticas, fez com que a escolha de um único militar pudesse ser a escolha política de um Estado.

Por fim, verifica-se que a inexistência de ordens para que alguns testes pré-programados fossem cancelados ou alterados mostrou que houve uma falta de ação política direta, como versa a cláusula do comandante em chefe. Uma análise contrafactual preliminar indica que poderia ter sido mais proveitoso se fosse dada a determinação do comandante em chefe para não realizar os testes e, a partir desse ponto, deixasse que o profissionalismo castrense executasse tal determinação, não gerando assim dúvidas para o Estado oponente.

Na próxima seção serão apresentadas as conclusões deste capítulo.

4.4 Conclusões parciais

Levando-se em conta que durante as relações apresentadas entre a alta administração política norte-americana e os militares, por ocasião da Crise dos Mísseis de Cuba, ocorreu uma interação entre o controle civil objetivo e a cláusula do comandante em chefe, sendo em algumas ocasiões total ou parcialmente consoantes aos seus princípios e, em outras, não. E, realizando uma análise das atitudes de ambos os grupos, pôde-se observar detalhes interessantes que contribuíram para o melhor entendimento de tal relação social e para responder à questão desta pesquisa.

Vale lembrar que essa divisão é puramente esquemática, para que possa-se perceber melhor os fatos. Sabe-se que qualquer teoria exige abstração e que requer a simplificação e o ordenamento da realidade. Assim, tem-se melhores ferramentas para estudar as relações entre os civis e os militares.

Já no início da crise, ao mesmo tempo em que o profissionalismo castrense se mostrou importante para o poder político que desejava um afastamento dos militares da arena política – como pode ser verificado tanto por ocasião da criação do EXCOMM, como na falta de vontade de Kennedy em realizar a reunião com os chefes militares – ele gerou um soldado mais instruído e independente, que pode decidir com suas atitudes e não com política, a escolha de um Estado, como verificou-se nas ações automáticas que eram cumpridas principalmente com a ativação do DEFCON.

Essa evolução profissional militar gerou um crescente desconforto por parte dos mesmos em aceitar uma intervenção direta do poder político em suas ações, bem exemplificado na aplicação da quarentena. Naquela ocasião, observou-se uma aproximação à cláusula do comandante em chefe em detrimento do controle civil objetivo.

Vale ressaltar que, diferentemente de como foi conduzida a quarentena, uma possibilidade de intervenção do poder político nas ações militares poderia ter sido realizada somente na origem do planejamento e não durante o seu andamento, fazendo assim que as operações militares estivessem em acordo com os anseios políticos do Estado, sem a necessidade de intervenção direta na sua execução.

Por fim, os fatos ocorridos pela elevação do estado de alerta DEFCON – como exemplo a invasão do espaço aéreo da ex-URSS – e pelos testes pré-programados realizados com artefatos nucleares demonstraram que a inação do poder político pode gerar efeitos adversos ao que este poder pretende. Observa-se assim, que o desalinhamento com a cláusula do comandante em chefe em alguns casos pode ser prejudicial à condução de uma crise.

Com as passagens selecionadas na literatura, que versam sobre a Crise dos Mísseis de Cuba, verifica-se uma grande interação entre os civis e militares nos treze dias daquele mês de outubro de 1962. Essa interação esteve muito alinhada com o controle civil objetivo na maioria dos casos e, em alguns momentos de maior tensão, com a cláusula do comandante em chefe. Logo, sendo o controle civil objetivo o principal elemento constitutivo da Teoria das Relações entre Civis e Militares, pode-se afirmar, no que tange os aspectos estudados, que as ações de Kennedy estiveram em acordo com a dita teoria.

5 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa buscou-se analisar algumas relações entre a alta administração política norte-americana e os militares, por ocasião da Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962. Os estudos das situações apresentadas foram conduzidos no sentido de esclarecer se as referidas interações encontravam-se em sintonia com a Teoria das Relações entre Civis e Militares.

A estratégia engendrada para atingir o propósito fundamentou-se na aplicação da Teoria das Relações entre Civis e Militares apresentada por Samuel Huntington, com ênfase para a conceituação de controle civil objetivo e a cláusula do comandante em chefe. Isso permitiu perscrutar as interações ocorridas entre o poder político e as Forças Armadas norte-americanas na Crise dos Mísseis de Cuba.

Primeiramente, foi realizada uma síntese sobre as bases da Teoria das Relações entre Civis e Militares, em que o controle civil poderia ser dividido em subjetivo ou objetivo, este último sugere um distanciamento entre as obrigações políticas e militares, pautado pelo aumento da profissionalização das Forças Armadas. Além da diminuição da influência política dos militares, o crescimento do profissionalismo castrense também transformou as relações entre os dois poderes, pois os militares passaram a ser mais independentes e imperativos. Esses dois pontos foram utilizados no intuito de contribuir para a análise das relações entre os civis e militares, em foco na pesquisa.

Ainda no segundo capítulo, a cláusula do comandante em chefe foi apresentada, ressaltando sua fusão de funções (política e militar) e sua confrontação com o controle civil objetivo devido, principalmente, a falta de conhecimentos militares específicos do Presidente, encerrando a apresentação dos conhecimentos necessários para a compreensão dos argumentos apresentados no decorrer da pesquisa.

A análise de algumas ações da alta administração política norte-americana por

ocasião da Crise dos Mísseis de Cuba, no capítulo três, mostrou que os mesmos tratavam a crise como um acontecimento político e não eminentemente militar. Essa interpretação, ao mesmo tempo que gerou um maior controle das ações militares – se aproximando do que preconiza a cláusula do comandante em chefe – durante a quarentena, também gerou um distanciamento dos poderes – se aproximando do preconizado no controle civil objetivo – no momento da criação da EXCOMM. Por fim, ainda no capítulo três, percebeu-se que algumas ações pré-programadas executadas pelos militares, relacionadas ao nível de prontidão DEFCON, poderiam ter sido interpretadas de maneira equivocada pelos soviéticos e com isso levar a crise para um caminho alheio à vontade política norte-americana.

A interação entre o controle civil objetivo e a cláusula do comandante em chefe, à luz Teoria das Relações entre Civis e Militares, com os fatos apresentados no capítulo três, foi realizada no capítulo quatro com o intuito de auxiliar na resposta à pergunta formulada nesta pesquisa. Percebeu-se que o profissionalismo castrense, ao mesmo tempo que distanciou os militares da política, como ficou claro em certas ocasiões (criação do EXCOMM, com somente um militar e na fuga de Kennedy para não realizar uma reunião com os chefes militares), também permitiu que os militares realizassem ações automáticas, sem influências políticas, que poderiam ter definido o rumo da crise.

Esse mesmo profissionalismo, preconizado pelo controle civil objetivo, gerou um contraponto com a cláusula do comandante em chefe na quarentena, pois os militares entendiam que os políticos não tinham o conhecimento necessário para as atividades das Forças Armadas. Sendo que este distanciamento do controle civil objetivo poderia ter sido reduzido caso a intervenção política tivesse ocorrido por intermédio de uma diretriz estratégica nacional de emprego da expressão militar e não em sua execução propriamente dita. Por fim, percebeu-se que o alinhamento ao controle civil objetivo no caso do DEFCON poderia ter gerado efeitos adversos para o Estado, sendo neste momento observado que a

utilização da cláusula do comandante em chefe poderia ter minimizado tais efeitos.

Todas as conclusões parciais apontadas aclaram os pontos relevantes da relação entre os políticos e militares, na Crise dos Mísseis, restando então combiná-las para obter uma relação mais consubstanciada que responda à questão desta pesquisa. Estariam os políticos norte-americanos realizando suas ações em sintonia com a Teoria das Relações entre Civis e Militares?

De maneira fundamentada, pode-se afirmar que as ações analisadas da alta administração política norte-americana na Crise dos Mísseis de Cuba, estiveram em sintonia com a Teoria das Relações entre Civis e Militares, de Samuel Huntington, exceto por ocasião da quarentena. Este fato demonstrou que, conforme foi definido pelo teórico, a cláusula do comandante em chefe foi utilizada para justificar o exercício de amplos poderes presidenciais, em tempos de emergência nacional.

Dessa maneira, espera-se que a pesquisa possa contribuir para uma melhor compreensão das relações entre o poder político e os militares objetivando mitigar as diferenças entre esses dois grupos. Para isso, é necessário que o militar esteja a par das escolhas políticas do Estado, para que suas ações sejam uma ferramenta para cumpri-las e não para satisfazer possíveis desejos táticos de uma operação que foi exaustivamente preparada e treinada. Uma vez definida a escolha política, os militares devem preparar suas estratégias para cumpri-la da maneira mais profissional possível, pretendendo atender as escolhas do Estado.

O estudo da situação histórica específica sugere que não deve existir uma escolha excludente entre uma ação militar e uma política. Ações conjuntas e coordenadas entre as forças (militares) e o discurso diplomático (políticos) são muito mais eficientes e eficazes do que as feitas de maneira estanque.

É nessa aparente contradição, oriunda de diferenças culturais, normativas e

profissionais, que está o desafio das relações entre civis e militares. Seria necessário valorizá-las para potencializar cada uma de suas capacidades, objetivando uma cooperação sinérgica de todos. Não se deveria objetivar uma simplificação em uma identidade única, mas a potencialização das diferenças, gerando uma complexidade, com múltiplas qualidades.

A Marinha do Brasil se prepara para incorporar um meio de elevado potencial de emprego em situações de crises internacionais, o submarino de propulsão nuclear. Neste momento, parece de interesse um entendimento mais sofisticado das relações entre o nível político e o aparato militar em situações de grande tensão.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, uma verificação de quais áreas do conhecimento acadêmico poderiam ser mais estudadas pelos militares, visando a uni-las às suas experiências, a fim de contribuir para uma melhor capacitação dos profissionais, tanto para exercer a profissão das armas, como para a assessoria nas decisões do Estado, ampliando as possibilidades estratégicas.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Graham T.; ZELIKOW, Philip. **Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. 2 ed. New York: Addison Wesley Longman, 1999. 416 p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999. v. 1. 1330 p.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 930 p.
- DOBBS, Michael. **Um minuto para a meia-noite: Kennedy, Kruchev e Castro à beira da guerra nuclear**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 447 p.
- DONOVAN, Robert J. **PT 109: John F. Kennedy in World War II**. New York: McGraw-Hill Book, 1961. 210 p.
- EUA. Department of Defense. **Joint Publication 1-02: Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington, DC: The Joint Staff, 2001. 770 p.
- EUA. Navy. **The commander's handbook on the law of naval operations**. Washington, DC: Department of the Navy, 2007. 115 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio: da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004. 2120 p.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 225 p.
- GOLDSTEIN, Gordon M. **Lessons in Disaster: McGeorge Bundy and the path to war in Vietnam**. 1 ed. New York: Henry Holt and Company, 2008. 300 p.
- HUNTINGTON, Samuel P.; DANTAS, José Lívio. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. 547 p.
- JORDAN, Amos A.; TAYLOR JUNIOR, William J. **American national security: policy and process**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982. 604 p.
- LEAL, José A. de Castro. Reflexões sobre o Desarmamento e Controle de Armas. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v.18 n.2, p. 7-31, jul/dez 2012.
- MCMMASTER, H. R. **Dereliction of duty: Lyndon Johnson, Robert McNamara, the Joint Chiefs of Staff, and the lies that led to Vietnam**. New York ; Boston: HarperCollins, 1997. 446 p.
- PEDERSEN, Wesley. **Legado de um Presidente**. Rio de Janeiro: Record, 1964. 147 p.
- ROSSITER, Clinton Lawrence. **The american presidency**. 6 ed. rev. New York: New American Library, 1962. 270 p.
- SALINGER, Pierre. **With Kennedy**. New York: Doubleday, 1966. 391 p.